

Arqueologia Histórica de Santo Ângelo: um estudo sobre as representações de uma Missão Jesuítica

Andressa Domanski¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo expor e discutir questões relacionadas ao projeto de dissertação de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural que tem como tema a representação do Centro Histórico de Santo Ângelo pela comunidade santo-angelense a partir do Programa de Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico das Obras de Modificações na Praça Pinheiro Machado, Sítio Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio realizado entre o biênio de 2006 e 2007. Serão realizadas entrevistas com os dirigentes deste projeto, assim como o embasamento teórico será focado na história da redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio, representação, arqueologia histórica, patrimônio e memória, onde se faz uma amostragem preliminar dos estudos que serão realizados no decorrer da pesquisa.

Palavras-chave: Memória, Patrimônio, Arqueologia Histórica, Representação, Santo Ângelo Custódio

Introdução

Em agosto de 2006, a municipalidade de Santo Ângelo celebrou o tricentenário da fundação da redução de Santo Ângelo Custódio que ocupou o espaço e deu origem ao atual município. Essa redução² corresponde à segunda fase das fundações jesuíticas durante o século XVII e XVIII, período áureo dos chamados “Sete Povos das Missões”, instalados na banda Oriental do Rio Uruguai, integrante da Província Jesuítica do Paraguai, hoje atual território do município de Santo Ângelo no Estado do Rio Grande do Sul.

Fundada em 12 de agosto de 1706 inicialmente às margens dos Rios Ijuí e Ijuizinho, só pôde se desenvolver a partir da mudança de local, pois, como estava proposta na sua fundação, seu território estaria muito próximo aos dois rios e, em situações de enchentes, os rios poderiam alagar o povoado. Devido a isso, em 1707 a redução de “San Angel Custódio”³ em seu nome original, foi trasladada e instalada no espaço onde hoje está o Centro Histórico

¹ Graduada em História pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI / Santo Ângelo), Mestranda do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Bolsista CAPES, email: andressadomanski@yahoo.com.br.

² O conteúdo histórico correspondente a redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio foi embasado na dissertação de Mestrado de Liane Maria Nagel intitulada de “A História de San Angel Custódio – Redução de fronteira – no contexto dos trinta povos Guarani-Jesuítico da região Platina”.

³ San Angel Custódio é o nome original dada a redução na língua espanhola, porém, em vários trabalhos encontra-se o nome já em português, assim como pretende-se usar neste artigo.

do Município de Santo Ângelo do qual fazem parte a Catedral Angelopolitana, Praça Pinheiro Machado, o Museu Municipal Dr. José Olavo Machado e a Prefeitura Municipal.

A redução que perdurou de 1707 a 1750 desenvolveu-se em grandes proporções. Em seu auge, chegou a ser habitada por em torno de 5.400 pessoas, onde se desenvolveram atividades econômicas bastante significativas, predominando o cultivo de erva-mate e algodão. Na área artístico-cultural, predominaram esculturas, pinturas, artesanatos diversos, música e instrumentos, assim como a impressão de livros. Foi considerada pelos jesuítas e viajantes que presenciaram seu desenvolvimento, como uma das mais belas e prósperas reduções.

Com o Tratado de Madri e posteriormente a expulsão dos jesuítas das Américas, a redução de Santo Ângelo Custódio, assim como as demais reduções, foi extinta. Devido a isso, as estruturas arquitetônicas ficaram abandonadas nesta localidade. Com a chegada dos imigrantes, população que repovoou toda região, o uso de pedras e parte de estruturas de habitações da redução foram utilizadas para a construção de novas moradias na mesma área. Atualmente é fácil identificar edificações que contenham esses resquícios da antiga redução de Santo Ângelo Custódio.

No ano de 2006, a partir de iniciativa da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, foi idealizado um projeto de pesquisas históricas e arqueológicas que comprovassem a existência de ricos vestígios da redução. Este projeto deu-se em virtude da reforma e revitalização da Praça Pinheiro Machado que teve como fundamento principal as comemorações dos 300 anos da fundação da redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio.

O Programa de Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico das Obras de Modificações na Praça Pinheiro Machado, Sítio Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio foi realizado a partir de junho de 2006 e teve sua primeira fase concluída através de um convênio com o Núcleo de Arqueologia do CCM/URI em maio de 2007, havendo ainda uma continuidade de forma permanente com a criação de um programa de vistorias arqueológicas na área do Centro Histórico, o Programa de Vistoria, Prospecção, Resgate e Monitoramento Arqueológico de Obras no Centro Histórico de Santo Ângelo, Área do Sítio Arqueológico da Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio, além de projetos de educação patrimonial promovidos pela equipe do Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado, que teve sua origem durante a efetivação do projeto.⁴

Com a confirmada existência de alicerces e pisos antigos no subsolo, bem como diversas categorias de artefatos utilitários, os resultados foram expostos através da

⁴ Programas coordenados pela arqueóloga Dra. Raquel Machado Rech

implantação de um museu a céu aberto por meio de janelas arqueológicas e placas explicativas que evidenciam as ruínas da redução jesuítica que existiu naquele espaço. Demais artefatos arqueológicos, como cerâmicas, líticos, vidros, metais, ossos, dentes e outros objetos, estão armazenados e disponíveis para pesquisas no Núcleo de Arqueologia do Centro de Cultura Missioneira da Universidade (NArq-CCM/URI) e no Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado (NArq/MMJOM).

Durante a realização do projeto, a comunidade que reside dentro do espaço determinado com Centro Histórico,⁵ assim como os dirigentes municipais envolvidos, participaram diretamente nesse processo: em visitas aos trabalhos, divulgação, nas demonstrações de interesse pela história local através de questionamentos e também na disponibilidade em colocar seus espaços particulares à disposição, no caso das residências que circundam o Centro Histórico⁶

Também houve manifestações contrárias e indiferentes ao projeto, o que comprova que parte da população desconhece ou se quer tem interesse sobre o assunto.

A partir desse acontecimento, deseja-se realizar uma pesquisa com essa comunidade que mantém contato direto com o Centro Histórico de Santo Ângelo, tendo como foco principal os dirigentes municipais envolvidos no projeto. O objetivo é analisar a visão destes santo-angelenses sobre o Centro Histórico, escavações e estruturas arqueológicas encontradas neste espaço, o que representa e sua função no cotidiano.

Este trabalho será embasado em estudos sobre Memória, Representação, Patrimônio, História local e Arqueologia Histórica e será possível analisar as entrevistas que serão realizadas com os dirigentes municipais envolvidos no projeto. Entre os personagens relacionados para a efetivação das entrevistas destacam-se o Prefeito Municipal, a Coordenadora do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado e Professora representante da Universidade local envolvida no gerenciamento das escavações arqueológicas e o Presidente da Associação dos Amigos da Praça Pinheiro Machado.

Também serão realizados estudos em documentos como jornais locais que circularam no município com reportagens correspondentes às escavações e revitalização do Centro Histórico. Os diários de campo do Núcleo de Arqueologia (NArq-CCM/URI) assim como o conhecimentos das estratégias usadas para a efetivação dos trabalhos também receberão atenção especial.

⁵ Que compreenderia à área correspondente aos vestígios da antiga redução jesuítica em subsolo.

⁶ Moradores da Travessa Dr. Augusto do Nascimento e Silva disponibilizaram partes de suas propriedades para as escavações, o que possibilitou encontrar os alicerces da igreja da redução, atualmente referenciada com placa.

Noções de representação, memória, patrimônio e arqueologia

A construção de identidades individuais e coletivas se dá através de signos e sua significação, sua existência e perpetuação junto ao meio social do indivíduo. A representação é que torna a formação de identidade viável, pois é através do conjunto simbólico, juntamente com tradições e memória que se torna viável a criação de uma identidade.

As representações são elaboradas na atualidade a partir de experiências vivenciadas por determinados indivíduos e seus respectivos grupos. É dar sentido, veracidade a elementos históricos usados na construção da identidade, diferenciando os grupos em seu meio social.

Pommer relata sua concepção de representação:

Entendemos representação como sendo todo o sistema linguístico e cultural que permite a codificação do real na consciência, transformando o dado empírico em produção cultural. Cultura, por sua vez, é o sistema simbólico historicamente constituído de toda e qualquer atividade e pensamento humano. É, pois, a partir de uma realidade representada que uma comunidade é imaginada e seus agentes buscam estruturá-la, na medida em que cada geração, por fatores próprios de seu tempo, assimila e reproduz os modelos estabelecidos na práxis das gerações antecessoras até onde isso lhe interessa politicamente. (2009, p. 26).

Imagens, objetos, símbolos imateriais são representações de um corpo ou algo ausente que têm a função de suprir este espaço vago. Chartier exemplifica com estátuas de cera, esfinges para príncipes mortos, lenço mortuário para identificar o indivíduo morto. Representações simbólicas de valores morais como *“leão é o símbolo do valor, a bolha o da inconstância, o pelicano o do amor materno”* (Furetière *apud* Chartier, 1991, p.184) estabelecem uma relação entre o símbolo e seu significado.

Chartier trata sobre as noções de representação coletiva e divide em três diferentes modalidades:

Este retorno a Marcel Mauss e Emile Durkheim e à noção de "representação coletiva" autoriza a articular, sem dúvida melhor que o conceito de mentalidade, três modalidades de relação com o mundo social: de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 1991, p.183).

A construção de identidades é tratada como uma relação de força entre representações que são impositivas e que possuem poder para a classificação, aceitação e resistência que são produzidas pelas comunidades de si mesmas, já que é um recorte social e que reconhece sua existência a partir de suas demonstrações de unidade.

Em estudos sobre memória, há a evidência de que o indivíduo ou grupo tem autonomia de selecionar o que considera relevante e deseja rememorar. Para Halbwachs, a memória coletiva se forma através de compartilhamentos entre indivíduos, quanto mais forte são as lembranças desses grupos, mais retentoras são as memórias que são formadas por outras memórias, tendo o compromisso com a reprodução da mesma. Em um trecho ele diz que *"em todos esses momentos, em todas as circunstâncias, não posso dizer que estava só, que refletia sozinho, já que em pensamento eu me deslocava de um tal grupo para outro"* (HALBWACHS, 1990, p.26) onde ele faz uma reflexão sobre a construção da memória, concluindo que esta nunca é totalmente individual.

O desapego com determinado objeto, história de uma localidade, assim como por um determinado grupo também é abordado por Halbwachs, de maneira que exemplifica através de seu esquecimento de momentos ocorridos durante seu período de estudante. No entanto, as testemunhas existem e comprovam sua passagem por determinado Liceu.

Halbwachs postula que quando se está em contato direto com os integrantes do grupo, fazendo com que os acontecimentos ou objetos sejam evocados comprovam o pertencimento e pensamentos semelhantes dentro do grupo.

Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse substituir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. (HALBWACHS, 1990, p. 28-29).

Considerando a memória como formadora de identidade, a memória coletiva é uma maneira de eleger um determinado enunciado, símbolo, acontecimento ou outros aspectos, para serem assimilados pelos membros de um grupo que querem uma memória supostamente comum entre estes. Podemos encontrar a valorização do patrimônio em objetos de reprodução como jornais e livros, através da evocação da memória coletiva. (CANDAU, 2001, p. 22)

Indivíduos se enxergaram como pertencentes a um determinado grupo, estabeleceram representações de símbolos, histórias, políticas e outros aspectos. Estes objetos eleitos como patrimônio necessitam de sua conservação para a manutenção da identidade de um grupo. O autor menciona Benedict Anderson exemplificando que esta seria a forma com que estes indivíduos se percebem e se imaginam como seres pertencentes a um determinado grupo social.

Partindo para discussões sobre patrimônio visto como aquilo que passa por gerações, seja ele em bens materiais como objetos, monumentos, edificações, assim como imaterial, o modo de fazer determinado artesanato, maneira como se dança ou se cozinha determinados pratos de uma culinária regional, entre outros.

É comum o uso do patrimônio histórico cultural no desenvolvimento local através do turismo, porém, a consciência sobre a importância patrimonial vai além das perspectivas turísticas, são lugares que guardam a memória e assim são *“a construção dessa forma de obrigação em relação à presença material do passado”* (POULOT, p. 27).

Considerado de caráter polissêmico, Prats conceitua patrimônio como sendo *“aquele que socialmente se considera digno de conservação independentemente de seu interesse utilitário”*⁷ (1998, p.63). Ainda é possível destacar a noção deste autor sobre a utilização social do patrimônio:

⁷ Tradução da autora.

Na utilização social da noção de patrimônio cultural se produz uma confusão recorrente (o antigo e o moderno, o uso e o desuso, o matéria e o imaterial, o original e a cópia, a musealização da realidade e a desmusealização do patrimônio, a fragmentação disciplinária e a globalidade da experiência...) que entendo que se deve o fato de que baixo esta denominação englobamos três processos distintos, ainda que em alguns pontos complementares, que obedecem a interesses igualmente distintos, ainda que também em algumas ocasiões convergentes, de caráter, respectivamente, político, econômico e científico⁸. (PRATS, 1998, p. 64).

O surgimento de Estados nacionais foi responsável pela mudança do conceito de patrimônio cultural, pois a partir de então, nações se apropriam de seus bens culturais, materiais ou imateriais e constituem suas identidades regionais. Como menciona Funari, *“uma língua e uma cultura, uma origem e um território”* (2009, p. 16) *fizeram com que esse sentimento* de pertencimento fosse instigado a indivíduos de diversas comunidades.

A arqueologia será destacada na efetivação da pesquisa. Esta é definida como *“o estudo das sociedades passadas em seus diversos aspectos, com base nos restos materiais por elas deixados, ou seja, estudo o homem partindo da sua cultura material”* (NAJJAR, 2005, p. 13), sendo esta uma ciência que possui suas próprias metodologias para pesquisa.

Buscando sanar questões relacionadas ao modo de vida de grupos humanos, a arqueologia histórica é feita de trabalhos de campo como as escavações e análises de materiais e também em estudos documentais. É marcada inicialmente nas Américas a partir da colonização, com a chegada de europeus e africanos. No Brasil a arqueologia histórica ganhou forças a partir da década de 1960 com estudos sistemáticos realizados em ruínas de povoados de missões jesuíticas (NAJJAR, 2005. p. 17) e mais tarde, na década de 80 *“em parte como resultado da restauração paulatina das liberdades públicas e do declínio do arbítrio, primeiro com a anistia (1979), o relaxamento da censura e, ao cabo, com a passagem a um regime civil em 1985”* (FUNARI, 2005, p.3).

Com estudos da cultura material é possível compreender sobre modos de vida existentes em territórios delimitados, formados por povos e suas culturas. A partir disso, o entendimento sobre o cotidiano de sociedades passadas torna-se viável e, assim, o entendimento do patrimônio que foi passado de pai para filho em um contexto social.

Funari ainda destaca:

⁸ Tradução da autora.

[...] Arqueologia Histórica brasileira não deixa de compartilhar das aporias e contradições inerentes a este campo de pesquisa. Na origem da Arqueologia Histórica no Brasil, está o patrimônio, bem material de alto valor monetário e *eo ipso* símbolo da vitória da apropriação do trabalho alheio. Patrimônio é aquilo que poucos têm, é o cabedal a ser passado de pai para filho, de proprietário a proprietário, apanágio de poucos. Deste sentido jurídico de patrimônio deriva o uso cultural do termo. Trata-se, pois, de bens que demonstram a proprietários e não proprietários seu devido lugar na ordem social. (FUNARI, 2005, p.4).

Focando nosso olhar sobre a arqueologia histórica brasileira para a região das Missões Jesuíticas no atual território do Rio Grande do Sul, remonta-se a pesquisas arqueológicas realizadas desde a década de 60 do século passado por diferentes institutos e programas de pesquisa, destacando-se as pesquisas oriundas desde o PRONAPA - Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, além de projetos realizados pelo Instituto de Pesquisas Anchieta (IAP-UNISINOS) e pelo Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA-PUCRS), dando destaque para o um projeto de longa duração realizado nas últimas décadas denominado “*Arqueologia Histórica Missioneira*” (KERN 1988). Nesse contexto, a iniciativa que partiu da municipalidade de Santo Ângelo de dar ênfase a seu patrimônio arqueológico é um fato relevante a ser considerado e um exemplo que pode ser seguido por várias outras municipalidades do país que podem dedicar seus quadros técnico-científicos à valorização de seu patrimônio arqueológico local.

Considerações finais

Com a realização desta pesquisa desejamos verificar o relacionamento e sentimento de pertença da população local em relação ao reconhecimento de seu passado missioneiro. Para tanto, nosso estudo de caso se debruçará sobre a repercussão dos trabalhos de revitalização da memória da antiga redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio, cujas ruínas deram origem à formação da cidade moderna de Santo Ângelo, procurando observar como é o reconhecimento no esforço de valorização deste passado e representações presentes na memória da população local. Neste sentido, será feita uma pesquisa de campo com entrevistas destinadas aos dirigentes locais com relação à sua visão sobre os trabalhos de revitalização do Centro Histórico de Santo Ângelo – focando principalmente nas pesquisas arqueológicas e na participação da comunidade neste processo.

Após a análise dos resultados das entrevistas, a repercussão e os impactos dos resultados da mesma objetivarão, tanto no campo acadêmico como entre a comunidade geral,

contribuir com novas estratégias para o desenvolvimento de políticas de gestão deste patrimônio, assim como destacando as possíveis doações de materiais arqueológicos e o aumento de visitas ao museu municipal e Praça Pinheiro Machado, interesse pelas origens históricas do município entre outros. Também deverá abarcar os pontos negativos deste processo como eventos que prejudicam o espaço e a mentalidade diferenciada entre a população moradora do local.

REFERÊNCIAS

- CANDAU, Joel. **Memória e Identidad**. Buenos Aires: Del Sol, 2001.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Revista das revistas: Estudos avançados. São Paulo, v. 5, n. 11, Jan./Apr. 1991. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext>.
Acesso em: 22 jul. 2011.
- FUNARI, Pedro Paulo. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. **Mneme**: Revista de Humanidades. Natal, v. 6, n. 13, 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme/article/view/267>>. Acesso em 22 jul. 2011.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009
- KERN, Arno. **Arqueologia Histórica Missioneira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.
- NAGEL, Liane Maria. **A História de San Angel Custódio**: Redução de fronteira – no contexto dos trinta povos Guarani-Jesuíticos da região Platina. 1994. 30f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.
- NAJJAR, Rosana. **Manual Arqueologia Histórica**. Brasília: IPHAN, 2005.
- POULOT, Dominique. Um Ecossistema do Patrimônio. In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (orgs.). **Um Olhar Contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, pp. 26-43.
- POMMER, Roselene Moreira Gomes. **Missioneirismo: História da Produção de uma Identidade Regional**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.
- PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. Política y sociedad. Madrid: Universidad de Barcelona, 1998.
- RECH, Raquel Machado. **Relatório do Programa de Acompanhamento e Monitoramento Arqueológico das Obras de Modificações na Praça Pinheiro Machado, Sítio Arqueológico da**

Antiga Redução de Santo Ângelo Custódio (Convênio PMSA-URI). Santo Ângelo, 2007.

_____. Arqueologia urbana no Centro Histórico de Santo Ângelo: a identificação da Redução de Santo Ângelo Custódio. São Leopoldo, 2010. SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU: A Experiência Missioneira: Território, Cultura e Identidade, 12. **Anais eletrônicos...** São Leopoldo: UNISINOS, 2010, p. 251-278. Disponível em:
<http://www.unisinis.br/_diversos/simposio/experiencia/experiencia_missioneira.zip>.
Acesso em: 22 jul. 2011.